



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE  
PARA A ADJUDICAÇÃO DA:**

**Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Saneamento e  
Águas Residuais do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**PARTE I - CLAUSULAS GERAIS**

(Código dos Contratos Públicos)



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

**CADERNO DE ENCARGOS - CONDIÇÕES GERAIS**

**Índice**

Objeto e preço base.....	4
Contrato .....	5
Vigência .....	6
Obrigações gerais principais do prestador de serviços .....	6
Fases da prestação do serviço .....	7
Forma de prestação do serviço .....	7
Prazo de prestação do serviço .....	8
Conformidade e garantia técnica .....	8
Aceitação dos serviços a produzir ao abrigo do contrato e forma de pagamento.....	9
Transferência da propriedade .....	10
Objeto do dever de sigilo.....	10
Prazo do dever de sigilo .....	10
Preço contratual.....	11
Condições de pagamento.....	13
Penalidades contratuais .....	13
Força maior.....	16
Resolução por parte do contraente público .....	17
Resolução por parte do prestador de serviços.....	18
Execução da caução.....	19
Seguros.....	19
Foro competente.....	20
Trabalhadores afetos à prestação de serviços.....	20
Proteção de dados pessoais .....	21
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	22
Comunicações e notificações.....	22
Deveres de informação .....	23
Transição dos serviços objeto do contrato .....	23
Contagem dos prazos.....	23
Fiscalização .....	23
Legislação aplicável.....	24



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

**CADERNO DE ENCARGOS CONDIÇÕES GERAIS**

Capítulo I

**Disposições Gerais**

Cláusula 1.<sup>a</sup>

**Objeto e preço base**

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objetivo principal a aquisição de **“Aquisição dos serviços de gestão e manutenção dos sistemas de Saneamento e Águas Residuais do Concelho de Vimioso para o triénio 2024-2026”**. O objeto do contrato consiste na prestação de serviços de exploração, manutenção e conservação de diversos sistemas de águas residuais descritos no anexo técnico (*ETAR clássica de Vimioso, ETAR clássica de Carção, ETAR clássica de Argoselo, 25 ETAR'S compactas em Vale de Pena, Pinelo I, Pinelo II, S. Joanico, Vale de Frades, Serapicos, Avelanoso, Angueira, Caçarelhos I, Caçarelhos II, Vilar Seco, Vila Chã, Uva, Mora, Vale de Algosó, Algosó I, Algosó II, Campo de Víboras, Zona Industrial de Vimioso, Santulhão I, Santulhão II, Avinhó, Matela, Junqueira e da Terronha e 15 Estações Elevatórias de Águas Residuais em Vale de Frades, S. Joanico, Angueira, Caçarelhos, Vilar Seco I, Vilar Seco II, Vila Chã, Campo de Víboras, Vale de Covo em Vimioso, Fonfria em Vimioso, S. Vicente em Vimioso, Parque de Campismo em Vimioso, Argoselo I, Argoselo II e Vale de São Miguel e ainda todas as adutoras gravíticas ou condutas elevatórias associadas às ETAR's e Estações elevatórias*), desenvolvendo todas as atividades necessárias ao seu perfeito funcionamento de forma a garantir o tratamento das águas residuais 24 horas por dia e simultaneamente garantir o cumprimento dos parâmetros de descarga das águas residuais tratadas como estipulado legalmente no Decreto-Lei n.º 152/97, 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015) ou outro que o possa vir a substituir e nas licenças de descargas das respetivas ETAR's, devendo processar uma correta manutenção e conservação de todas as instalações incluindo todos os trabalhos, todas as substituições de equipamentos que sejam necessárias mesmo que por limite de vida útil dos mesmos, toda a mão-de-obra, todos os materiais, todas as ferramentas, todos os meios de transporte de pessoal e equipamentos, reagentes, telefones



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

e tudo o demais que seja necessário à exceção dos custos de energia elétrica e eventuais melhorias nas instalações que serão da responsabilidade do Município de Vimioso.

2 – O preço base para efeito de concurso é de **€ 803 242,94 (oitocentos e três mil, duzentos e quarenta e dois euros e noventa e quatro centimos)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

Cláusula 2.<sup>a</sup>

**Contrato**

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos de erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Cadernos de Encargos;
- c) O Presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta Adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, se os houver.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.<sup>a</sup>



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

**Vigência**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam que perdurar para além da cessação do contrato.

**Capítulo II**

**Obrigações Contratuais**

**Secção I**

**Obrigações do prestador de serviços**

**Subsecção I**

**Disposições Gerais**

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

**Obrigações gerais principais do prestador de serviços**

1 - O objeto do contrato consiste na prestação de serviços de exploração, manutenção e conservação de diversos sistemas de águas residuais descritos no anexo técnico (*ETAR clássica de Vimioso, ETAR clássica de Carção, ETAR clássica de Argoselo, 25 ETAR'S compactas em Vale de Pena, Pinelo I, Pinelo II, S. Joanico, Vale de Frades, Serapicos, Avelanoso, Angueira, Caçarelhos I, Caçarelhos II, Vilar Seco, Vila Chã, Uva, Mora, Vale de Algos, Algos I, Algos II, Campo de Víboras, Zona Industrial de Vimioso, Santulhão I, Santulhão II, Avinhó, Matela, Junqueira e da Terronha e 15 Estações Elevatórias de Águas Residuais em Vale de Frades, S. Joanico, Angueira, Caçarelhos, Vilar Seco I, Vilar Seco II, Vila Chã, Campo de Víboras, Vale de Covo em Vimioso, Fonfria em Vimioso, S. Vicente em Vimioso, Parque de Campismo em Vimioso, Argoselo I, Argoselo II e Vale de São Miguel e ainda todas as adutoras gravíticas ou condutas elevatórias associadas às ETAR's e Estações elevatórias*), desenvolvendo todas as atividades necessárias ao seu perfeito funcionamento de forma a garantir o tratamento das águas residuais 24 horas por dia e simultaneamente garantir o cumprimento dos parâmetros de descarga das águas residuais tratadas como estipulado legalmente no Decreto-Lei n.º 152/97, 19 de Junho (alterado por Decretos-Lei n.º 348/98, 261/99, 172/2001, 149/2004, 198/2008, 133/2015) ou outro que o possa vir a substituir e nas licenças de descargas das respetivas ETAR's, devendo processar uma correta manutenção e conservação de todas as instalações incluindo todos os trabalhos, todas as



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

substituições de equipamentos que sejam necessárias mesmo que por limite de vida útil dos mesmos, toda a mão-de-obra, todos os materiais, todas as ferramentas, todos os meios de transporte de pessoal e equipamentos, reagentes, telefones e tudo o demais que seja necessário à exceção dos custos de energia elétrica e eventuais melhorias nas instalações que serão da responsabilidade do Município de Vimioso.

2 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos Condições Técnicas ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações gerais principais constantes do artigo 3.º das Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

3 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

**Fases da prestação do serviço**

Os serviços objeto do presente contrato serão prestados em regime contínuo não havendo lugar a divisão em fases do mesmo.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

**Forma de prestação do serviço**

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a realizar reuniões de coordenação sempre que haja necessidade de alterar procedimentos já definidos ou adotar procedimentos novos, com os representantes do Município de Vimioso, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 – As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

3 – Para além das reuniões previstas no nº1, desta clausula, deverão ocorrer reuniões semanais com o chefe de exploração, no terreno ou gabinete (a combinar semanalmente), e reuniões mensais com o coordenador da prestação do serviço.

4 – O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar ao Município de Vimioso, com uma periodicidade mensal e até ao dia 15 do mês seguinte à prestação, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato, nomeadamente registos de caudais de águas residuais tratados ou elevados, resultantes de medição ou estimativa, registo dos consumos de energia de cada instalação, registo das horas de funcionamento dos diversos equipamentos de cada sistema, registo do controlo analítico efetuado e respetivos resultados, registo de avarias ou outras anomalias ou operações que não sejam de rotina.

5 – Até ao dia 31 de janeiro de cada ano, o prestador de serviços fica também obrigada a apresentar ao Município de Vimioso, um relatório anual das atividades desenvolvidas no ano anterior, com o resumo de todos os resultados e dos factos mais importantes observados nesse período.

6 – Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

7 – Os requisitos técnicos em que devem decorrer os trabalhos são os constantes deste caderno de encargos nas suas partes de condições gerais e de condições especiais.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**

**Prazo de prestação do serviço**

O prazo para a prestação de serviço será de 36 meses, contados desde o início da exploração que, previsivelmente, ocorrerá no dia 19 de janeiro de 2024.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**

**Conformidade e garantia técnica**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Vimioso, às exigências e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.





**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

Cláusula 9.<sup>a</sup>

**Aceitação dos serviços a produzir ao abrigo do contrato e forma de pagamento.**

- 1 — A prestação de serviço será prestada de forma contínua desde o primeiro ao último dia do contrato.
- 2 - Para efeitos de pagamentos, será dividida em mensalidades.
- 3 - No prazo de 15 dias a contar da prestação de cada mês o adjudicatário entrega ao Município de Vimioso o relatório mensal respetivo.
- 4- No prazo de 20 dias após receção do relatório mensal, o Município de Vimioso procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos – Condições técnicas Gerais e Condições Técnicas Específicas, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 5 — Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Vimioso toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
- 6 — No caso de a análise do Município de Vimioso, a que se refere o n.º 4, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos Caderno de Encargos ou outras legalmente exigíveis, o Município de Vimioso deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços, reservando-se o direito de aplicar as penalidades resultantes da não conformidades verificadas.
- 7 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Vimioso, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, nos meses posteriores ou mesmo retificar eventuais erros se ainda for possível.
- 8 — Caso a análise do Município de Vimioso comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 15 dias a contar do termo dessa análise, comunicação de aceitação pelo Município de Vimioso.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

9 — A emissão da comunicação a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos presente Caderno de Encargos ou legislação aplicável.

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**

**Transferência da propriedade**

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 8 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos entregues ou executados no âmbito do contrato, para o Município de Vimioso.

**Subsecção II**

**Dever de sigilo**

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**

**Objeto do dever de sigilo**

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vimioso, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Secção II**

**Obrigações do Município de Vimioso**

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**

**Preço contratual**

1 – Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vimioso deve pagar ao prestador de serviços o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for devidamente devido.

2 - O pagamento da prestação de serviço, objeto deste contrato, será feito mensalmente tendo em conta as instalações exploradas no respetivo mês e os serviços efetivamente prestados.

3 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, ou licenças e ainda seguros inerentes à atividade e demais tarefas necessárias à completa prestação de serviço) à exceção dos custos de energia elétrica e eventuais melhorias nas instalações que serão da responsabilidade do Município de Vimioso.

4 – Parâmetros de Cálculo:

Os custos mensais dos serviços de Gestão e Manutenção dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais, Estações Elevatórias e adutoras ou condutas gravíticas a elas associadas, que estiverem em funcionamento serão determinados pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$CM_{\text{Genérica}} = CFV + CFC + CFA + \Sigma CFec_n + \Sigma CFee_m$$

$$CM_{\text{Quanto incluir relatórios das instalações}} = CFecV + CFecC + CFecA + \Sigma CFec_n + \Sigma CFee_m + RI$$

(início ou fim)

Onde,



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

**CM** – Mensalidade

**CFV** – É o custo fixo mensal correspondente à gestão e manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vimioso;

**CFC** – É o custo fixo mensal correspondente à gestão e manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Carção;

**CFA** – É o custo fixo mensal correspondente à gestão e manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Argoselo;

**CFec<sub>n</sub>** – É o custo fixo mensal associado à gestão e manutenção das Estações de Tratamento de Águas Residuais compactas (n variável, tendo como máximo as 25 ETAR'S compactas: Vale de Pena, Pinelo I, Pinelo II, S. Joanico, Vale de Frades, Serapicos, Avelanoso, Angueira, Caçarelhos I, Caçarelhos II, Vilar Seco, Vila Chã, Uva, Mora, Vale de Algosos, Algosos I, Algosos II, Campo de Víboras, Zona Industrial de Vimioso, Santulhão I, Santulhão II, Avinhó, Matela, Junqueira e Terronha);

**CFee<sub>m</sub>** - É o custo fixo mensal associado à gestão e manutenção das Estações Elevatórias de Águas Residuais (m variável, tendo como máximo as 15 EE de Águas Residuais: Vale de Frades, S. Joanico, Angueira, Caçarelhos, Vilar Seco I, Vilar Seco II, Vila Chã, Campo de Víboras, Vale de Covo em Vimioso, Fonfria em Vimioso, S. Vicente em Vimioso, Parque de Campismo em Vimioso, Argoselo I, Argoselo II e Vale de São Miguel);

**RI** – Relatórios das instalações, previstos nos artigos 1 e 2 do mapa de quantidades. A elaborar um no início e o outro no fim do contrato.

Na fatura mensal considerar-se-ão apenas o número de sistemas efetivamente explorados e com o rendimento previsto.

Ao valor mensal referido poderá a Câmara deduzir automaticamente as penalidades previstas por não se conseguirem os resultados estipulados ou outras previstas no Caderno de Encargos.

5 – Nos termos do artigo 300º do CCP, não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 14.<sup>a</sup>



**MUNICÍPIO DE VIMIOSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Condições de pagamento**

- 1 – A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Vimioso, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo legalmente estipulado para o efeito, após a receção, pelo Município de Vimioso, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a Comunicação feita nos termos das cláusulas 9.<sup>a</sup> e 13.<sup>a</sup> atrás referidas. Caso a fatura seja emitida antes da comunicação de aceitação do Município de Vimioso é a data desta comunicação que conta para efeitos de pagamento.
- 2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação da prestação de serviço mensal, em função dos elementos e relatórios entregues pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.
- 3 – Em caso de discordância por parte do Município de Vimioso quanto aos valores indicados nas faturas, que devem em cada mês incluir a dedução de eventuais penalizações que a Câmara Municipal aplique, deve esta comunicar ao prestador de serviço, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária ou outro método acordado entre as partes.

**Capítulo III**

**Penalidades Contratuais e resolução**

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

**Penalidades contratuais**

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vimioso pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelos incumprimentos na qualidade da água rejeitada após tratamento, calculada de acordo com o seguinte:



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

Valor a deduzir ao valor mensal da instalação em incumprimento na qualidade da água rejeitada após tratamento, a título de penalidade	Valor a deduzir = $V_{mi} \times (N.^{\circ} \text{ de parâmetros com incumprimento na instalação} / N.^{\circ} \text{ de total de parâmetros analisados na instalação})$  Em que:  $V_{mi}$ = Valor mensal da instalação em incumprimento
---	--

- b) Pelos incumprimentos por interrupção total ou parcial de prestação de serviço por período superior a 8 horas consecutivas, calculado da seguinte forma:

Valor a deduzir ao valor mensal da instalação em incumprimento por interrupção, a título de penalidade. O incumprimento é considerado sistema a sistema.	Valor a deduzir = $V_{mi} \times (N.^{\circ} \text{ de dias de paragem} / 30)$  Em que:  $V_{mi}$ = Valor mensal da instalação em incumprimento  Considera-se 1 dia de paragem quando haja interrupção total ou parcial de prestação de serviço por período superior a 8 horas consecutivas
--	---

- c) Pelos incumprimentos relacionados com a equipa de exploração, quando inferior à apresentada na proposta, será deduzido um valor na fatura mensal, calculado da seguinte forma:

Valor a deduzir ao valor mensal total, a título de penalidade, quando a equipa de exploração for inferior à proposta. Considera-se equipa de exploração inferior à proposta: <ul style="list-style-type: none"><li>• A falta de qualquer elemento da equipa proposta por período superior a 20 dias;</li><li>• A ausência das qualificações exigidas no Caderno de Encargos, relativas a</li></ul>	Valor a deduzir = $V_{mt} - (2 \times SMN \times TS + SMN \times ORH)$  Em que:  $V_{mt}$ = Valor mensal total no mês do incumprimento  $SMN$ = Salário Mínimo Nacional em vigor  $TS$ = N.º de Técnicos Superiores em falta  $ORH$ = N.º de Outros Recursos Humanos em falta
--	---



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

qualquer elemento da equipa, por período superior a 20 dias.	
--	--

d) Por outros incumprimentos na prestação de serviço, (insuficiência de recursos de exploração, não cumprimento de rotinas, não prestação de esclarecimentos solicitados ou de comunicação de resultados, e outras que afetem a prestação de serviço), calculada de acordo com a gravidade da situação e com as seguintes regras:

d.1) – Valor variável entre o mínimo de €100,00 e o máximo correspondente a 1,25 do benefício obtido pelo adjudicatário com essa falha.

d.2) – Valor correspondente a 1,25 de eventuais coimas que venham a ser aplicadas ao Município de Vimioso por causa imputável a incumprimento do adjudicatário.

d.3) – Valor variável entre o mínimo de €100,00 e o máximo de €2 000,00 no caso de não ser possível determinar a coima nos moldes das regras anteriores e em função da gravidade das mesmas.

2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Vimioso pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 25% do valor correspondente ao período de tempo que decorreria até ao seu término normal.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vimioso tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4 – A Câmara Municipal, caso considere que a justificação do adjudicatário para o eventual incumprimento de regras definidas é pertinente e aceitável, pode decidir não aplicar as penalidades previstas e proceder ao pagamento normal da prestação de serviço do período em causa.

5 – A Câmara Municipal, no caso de o adjudicatário corrigir as anomalias que levaram à aplicação de penas pecuniárias nos meses seguintes ao do incumprimento, e se de tal não tiver resultado prejuízo para o Município de Vimioso, pode anular a pena aplicada e proceder à devolução da verba deduzida.

6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vimioso exija uma indemnização pelo dano excedente.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

Cláusula 16.<sup>a</sup>

**Força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços nem é havida, como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviço ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como sociedades ou grupos de sociedade dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;





**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

h) Ocorrência de condições climáticas adversas que estejam dentro do que é previsível venha a acontecer no período de vigência do contrato, nomeadamente neve, geadas ou trovoadas.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.<sup>a</sup>

**Resolução por parte do contraente público**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Vimioso pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no caso de atraso total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato, ou da interrupção de prestação injustificada, ou prestação que ponha em causa o normal tratamento das águas residuais.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vimioso.

3 – Para efeitos do disposto no número 1 desta cláusula, considera-se entre outros, motivo de resolução (rescisão) do contrato o seguinte:

- a) O adjudicatário interromper a exploração total por um período superior a 8 dias consecutivos ou 10 dias alternados num ano, ou 20 dias na vigência do contrato, em qualquer um dos 3 sistemas associados às ETAR's clássicas de Vimioso, Carção e Argoselo, ou acumular 60 dias de interrupção da exploração dos sistemas associados às ETAR's compactas, sem que tal esteja previsto no seu programa ou sem motivo de força maior devidamente aceite pela entidade adjudicante;
- b) O adjudicatário sonegar, distorcer ou, por qualquer modo, alterar dolosamente informações respeitantes aos caudais e às características qualitativas das águas tratadas e distribuídas;



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

- c) O adjudicatário demonstrar, sistematicamente, negligência no cumprimento das suas obrigações no respeitante à exploração;
  - d) Forem sistematicamente desrespeitadas pelo adjudicatário as indicações e recomendações feitas pela fiscalização, no que respeita à exploração, ou aquele se eximir à execução de obras e trabalhos de manutenção ou reconstrução, indispensáveis à permanência das instalações em bom estado de conservação e funcionamento.
- 4 – No caso de qualquer das partes fundamentadamente denunciar o contrato, as partes programarão e procederão a um encerramento ordenado dos serviços tendo em vista a sua eventual transmissão a terceiros e a sua continuidade sem quebra de qualidade.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**

**Resolução por parte do prestador de serviços**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando o montante do contrato que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 dias ou quando o montante em dívida exceda 30% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 – O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos legais.
- 3 – Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vimioso, que produz efeitos 60 dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

**Capítulo IV**

**Caução e seguros**

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

**Execução da caução**

- 1 – A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimentos, pode ser executada pelo Município de Vimioso, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
- 2 – A resolução do contrato pelo Município de Vimioso não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
- 3 – A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do Município de Vimioso para esse efeito.
- 4 – Não haverá lugar a redução da caução ao longo da prestação de serviço objeto do presente concurso.
- 5 – A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Seguros**

- 1 – É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
  - a) Riscos de Responsabilidade civil e ambiental pela atividade desenvolvida;
  - b) Cobertura de acidentes de trabalho.
- 2 – O Município de Vimioso pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 10 dias.

**Capítulo V**

**Resolução de litígios**



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

Cláusula 21.<sup>a</sup>

**Foro competente**

1 - Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato devem ser dirimidos por tribunal arbitral, devendo, nesse caso, ser observadas as seguintes regras:

- a) Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) a d), a arbitragem far-se-á de acordo com as regras processuais propostas pelos árbitros;
- b) O Tribunal Arbitral tem sede em Vimioso e é composto por três árbitros;
- c) O contraente público designa um árbitro, o prestador de serviços designa um outro árbitro e o terceiro, que preside, é cooptado pelos dois designados;
- d) No caso de alguma das partes não designar árbitro ou no caso de os árbitros designados pelas partes não acordarem na escolha do árbitro presidente, deve este ser designado pelo Presidente do Tribunal Central Administrativo territorialmente competente.

2 – O tribunal arbitral decide segundo o direito constituído e da sua decisão não cabe recurso.

**Capítulo VI**

**Disposições finais**

Cláusula 22.<sup>a</sup>

**Trabalhadores afetos à prestação de serviços**

1 - O prestador de serviços obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por via do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma, nos termos do qual:

- a) Sendo a vigência do contrato superior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
- b) Sendo a vigência do contrato igual ou inferior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, não podendo o vínculo laboral ter duração inferior à vigência do contrato de prestação de serviços.

2 - São aplicáveis as exceções previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP.

Cláusula 23.<sup>a</sup>



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

**Proteção de dados pessoais**

1 - O adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD), devendo, nomeadamente:

- a) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do Município, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando, nesse caso, o Município desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou que estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;
- d) Garantir o cumprimento do RGPD, designadamente os n.ºs 2 e 4 do artigo 28.º, quando pretenda contratar um subcontratante, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o adjudicatário celebra com outras entidades por si subcontratadas;
- e) Tomar em conta a natureza do tratamento e, na medida do possível, prestar assistência ao Município pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
- f) Prestar assistência ao Município no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
- g) Consoante a escolha do Município, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
- h) Disponibilizar ao Município todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo Município ou por outro auditor por esta mandatado.

2 - No que diz respeito a alínea h), o adjudicatário informa imediatamente o Município se, no seu entender, alguma instrução violar o presente regulamento ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

3 - O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, uma grave violação das obrigações assumidas pelo adjudicatário, podendo o Município aplicar as sanções contratuais previstas no CCP, designadamente proceder à resolução do contrato a título sancionatório.

4 - Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Município terá, ainda, direito de regresso, oponível ao adjudicatário, de qualquer indemnização, multa e outros prejuízos que lhe tenham sido atribuídos, em virtude de incumprimentos do RGPD, quando estes tenham tido origem em conduta do adjudicatário e/ou dos seus colaboradores.

5 - Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido.

6 - A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

**Cláusula 24.<sup>a</sup>**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 25.<sup>a</sup>**

**Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 26.<sup>a</sup>**

**Deveres de informação**

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

**Cláusula 27.<sup>a</sup>**

**Transição dos serviços objeto do contrato**

Em qualquer caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o adjudicatário obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do contrato para o Município de Vimioso ou para terceiro por esta designado, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes, e a transição ocorra de forma progressiva e ordenada.

**Cláusula 28.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 29.<sup>a</sup>**

**Fiscalização**

Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente caderno de encargos, o Município de Vimioso reveste-se dos poderes conferidos pelo art.º 302º do Código dos Contratos Públicos.



**MUNICIPIO DE VIMIOSO**  
**CAMARA MUNICIPAL**

---

Cláusula 30.<sup>a</sup>

**Legislação aplicável**

Em tudo o mais não previsto neste caderno de encargos e no subsequente contrato, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos na parte correspondente.

Vimioso, setembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal

---

(António Jorge Fidalgo Martins)